



**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO AS INFORMAÇÕES ABAIXO!

01. A identificação do candidato dar-se-á mediante o número da inscrição, lançado em todas as páginas, pelo próprio candidato, na parte superior direita do CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS. Não deixe nenhuma marca que possa identificá-lo, exceto o número de inscrição. Caderno de Provas, bem como, Caderno de Resposta e Gabarito sem o número de inscrição não serão apreciados para correção pela Comissão.

02. No cartão GABARITO preencha o número de inscrição assinalando-o conforme modelo abaixo:

Exemplo: Nº **DE INSCRIÇÃO 17**

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Exemplo: Nº **DE INSCRIÇÃO 173**

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

03. Confira se o CADERNO DE PROVAS contém:

- a) 40 (quarenta) questões de múltipla escolha da Prova Objetiva, cada uma com 04 (quatro) assertivas;
- b) 03 (três) questões da Prova Subjetiva; e
- c) 01 (um) tema para a Dissertação.

04. Confira se o CADERNO DE RESPOSTAS contém:

- a) Folha de resposta com 03 (três) questões da Prova Subjetiva;
- b) Folha de resposta destinada à Dissertação do tema proposto; e

05. Assinale apenas 01 (uma) resposta para cada QUESTÃO OBJETIVA.

06. Preencha o cartão "GABARITO" com caneta esferográfica azul ou preta, preenchendo integralmente o espaço correspondente à alternativa. O preenchimento incorreto pode prejudicar a leitura ótica do cartão.

07. As respostas das QUESTÕES SUBJETIVAS e a DISSERTAÇÃO devem ser em letra legível.

08. Em nenhuma hipótese haverá substituição do CADERNO DE PROVAS, tão pouco, do CADERNO DE RESPOSTAS e cartão "GABARITO".

09. Na avaliação das questões subjetivas e dissertativas, considerar-se-á o conteúdo jurídico correspondente ao requerido pela questão, a clareza e objetividade na exposição do raciocínio, bem como o domínio do vernáculo, a gramática e ortografia.

10. Será atribuída a nota 0,0 (zero) à questão objetiva nos casos de:

- a) Rasura do cartão GABARITO;
- b) Marcação de mais de uma resposta para a mesma questão no cartão GABARITO;
- c) Marcação incorreta no cartão GABARITO da resposta para a questão;
- d) Marcação das respostas a lápis no cartão GABARITO ; e
- e) Ausência de qualquer marcação para a assertiva no cartão GABARITO.

11. Será atribuída nota 0,0 (zero) à questão subjetiva e/ou dissertação:

- a) Escrita a LÁPIS no CADERNO DE RESPOSTAS (serão consideradas apenas repostas à caneta). Respostas escritas no Caderno de Provas não serão consideradas para efeito de correção, caso não tenham sido transcritas para o CADERNO DE RESPOSTAS;
- b) Sem oferta de resposta escrita (em branco); e
- c) Respondidas incorretamente.

12. O candidato não deve: riscar, rasurar, amassar, dobrar, sujar o CADERNO DE RESPOSTAS e cartão "GABARITO". A leitura ótica do cartão poderá restar prejudicada.

13. O tempo de duração da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões no CADERNO DE PROVAS, o preenchimento do CADERNO DE RESPOSTAS (Questões Subjetivas e Dissertação) e do cartão "GABARITO".

14. É vedado qualquer tipo de consulta (seja de legislação "seca", "comentada" ou "anotada", doutrina, jurisprudência, apostilas, cadernos, fichários, etc).

15. Não será admitido ao candidato:

- a) A entrada na sala de provas portando armas, celulares, *paggers*, *laptops*, relógio, calculadora ou qualquer outro dispositivo eletrônico;
- b) O uso de bonés, chapéus ou óculos escuros, exceto se os óculos contiver grau.

16. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que durante a realização da prova for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou se valendo de qualquer outro meio de comunicação fraudulento.

17. O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova após 1 (uma) hora de seu início.

18. Ao término da prova, o candidato deverá conferir se lançou o número de inscrição no CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS e cartão "GABARITO". Após conferência, entregar ao fiscal e assinar a folha de presença, certificando a entrega.

19. O CADERNO DE PROVAS não será disponibilizado para o candidato levar para casa. Se necessário, o candidato poderá solicitar, por escrito, a vista do CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS, junto à Coordenação dos Estágios, localizada no Prédio Sede do Ministério Público do Estado de Roraima, localizado na Avenida Santos Dumont, nº 710, São Pedro, nesta Capital, no horário das 8 às 12 e 14 às 18 horas. Após homologação do certame, tais documentos serão destruídos.

Boa Vista, 12 de abril de 2015.

Boa Prova!



**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO PENAL

1. Considere as afirmações abaixo:

I - O crime unissubsistente não admite tentativa.

II - Crimes vagos são os que têm por sujeito passivo entidades sem personalidade jurídica.

III - Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado são crimes em que o tipo faz referência a várias modalidades da ação.

IV - A tentativa branca ocorre quando a vítima sofre apenas lesões leves.

V - O crime putativo por erro de proibição ocorre quando o agente supõe violar uma norma penal que na verdade não existe.

VI - Os crimes omissivos impróprios são aqueles que se perfazem com a simples abstenção.

Assinale a assertiva **correta**:

a) As afirmações I e II são corretas e as demais falsas.

b) As afirmações I, III, IV, VI são corretas e as demais falsas.

c) As afirmações III e IV são falsas e as demais verdadeiras.

d) As afirmações IV e VI são falsas e as demais verdadeiras.

2. Assinale os princípios que norteiam o conflito aparente de normas:

a) Especialidade, subsidiariedade, consunção e territorialidade.

b) Especialidade, proporcionalidade, consunção e derogabilidade.

c) Especialidade, subsidiariedade, consunção e alternatividade.

d) Proporcionalidade, subsidiariedade, consunção e derogabilidade.

3. Em regra, não se admite tentativa nos crimes:

a) Preterdolosos, omissivos próprios e habituais.

b) Culposos, preterdolosos e comissivos.

c) Culposos, de múltipla ação e plurissubsistentes.

d) Preterdolosos, materiais e permanentes.

4. Acerca da relação de causalidade é incorreto afirmar que:

a) É o vínculo estabelecido entre a conduta do agente e o resultado por ele gerado, com relevância para formar o fato típico.

b) Causa significa toda ação ou omissão indispensável para a configuração do resultado concreto.

c) O CP adotou a teoria da causalidade adequada.

d) Concausas são as causas que se unem para gerar o resultado.



**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

5. “A” caminha por uma via pública com sua mãe quando esta, cardíaca, sente fortes dores no peito e desfalece. Pedindo socorro aos motoristas dos veículos que passam, “A” não é atendido. Notando um condutor que estaciona seu automóvel, “A” violentamente toma-lhe as chaves, colocando sua mãe no banco do passageiro, assume a direção do veículo e segue rumo a um hospital.

A excludente de ilicitude **aplicável** ao caso é:

- a) Legítima defesa.
- b) Estado de necessidade.**
- c) Exercício regular de direito.
- d) Estrito cumprimento de dever legal.

6. João foi preso em flagrante por trazer consigo 10 papelotes e ter em depósito uma tonelada de cocaína, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

João **deverá responder**:

- a) Por um único crime de tráfico de drogas (art. 33 da Lei nº 11.343/06).**
- b) Por dois crimes de tráfico de drogas (art. 33 da Lei nº 11.343/06), em concurso formal.
- c) Por dois crimes de tráfico de drogas (art. 33 da Lei nº 11.343/06), em concurso material.
- d) Por um único crime de porte ilegal de drogas (art. 28 da Lei nº 11.343/06), uma vez que distribuiu a substância gratuitamente.

DIREITO CIVIL

7. Assinale a única assertiva **correta**, levando em consideração a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lei n.º 12.376/2010).

- a) A vigência das leis, que os Governos Estaduais elaborarem por autorização do Governo Federal, depende da aprovação deste e começa no prazo que a legislação estadual fixar.
- b) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.**
- c) A vocação para suceder em bens de estrangeiro situados no Brasil, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge brasileiro e dos filhos do casal, sempre que não lhes seja mais favorável a lei do domicílio.
- d) O estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode, mediante expressa anuência de seu cônjuge, requerer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, se apostile ao mesmo a adoção de regime da comunhão universal de bens, respeitados os direitos de terceiro e dada esta adoção ao cometente registro.

8. Sobre as pessoas naturais e jurídicas é **incorreto** afirmar:

- a) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- b) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- c) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- d) É vedada, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.**



**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

9. Assinale a única assertiva **correta:**

- a) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- b) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- c) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- d) Não é nula a renúncia à decadência fixada em lei.

10. Sobre a responsabilidade civil, assinale a assertiva **incorreta:**

- a) Não haverá obrigação de reparar o dano, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- b) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- c) São responsáveis pela reparação civil os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
- d) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

11. Assinale a assertiva **correta:**

- a) Na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão.
- b) Importa aceitação da herança a cessão gratuita, pura e simples, aos demais herdeiros.
- c) Não estão legitimadas a suceder as pessoas já concebidas no momento da abertura da sucessão.
- d) Pode ser nomeada como herdeiro ou legatário a pessoa que, a rogo, escreveu o testamento, o seu cônjuge ou companheiro, ou os seus ascendentes e irmãos.

12. Assinale a assertiva **incorreta:**

- a) São parentes em linha reta as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes.
- b) São parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.
- c) Contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo até encontrar o outro parente.
- d) Na linha reta, a afinidade se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

13. Acerca das regras da citação no processo penal brasileiro, indique a assertiva **correta:**

- a) O processo terá completada sua formação com o recebimento da denúncia determinando a citação do réu.
- b) Se o ré se oculta para não ser citado é caso de citação por edital.
- c) Se o réu, citado por edital, não comparece, nem constitui advogado, o juiz decretará a revelia e suspenderá o processo e o curso do prazo prescricional.
- d) O edital de citação que não transcreve a denúncia, nem resume seus fatos, apenas indicando o dispositivo da lei penal, não é nulo, nem ofende o contraditório e a ampla defesa.



**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

14. Sobre a ação penal é **incorreto** afirmar que:

- a) A representação somente será irretroatável depois de recebida a denúncia.
- b) Nas ações penais privadas, o Ministério Público deverá atuar como *custos legis* e poderá aditar a queixa.
- c) Pelo princípio da indivisibilidade da ação penal privada, a queixa contra um dos autores do crime obrigará ao processo contra todos.
- d) Renúncia, causa extintiva da punibilidade, é a abdicação do direito de propositura da ação penal dentro do prazo decadencial de seis meses.

15. Sobre a prisão é **correto** afirmar que:

- a) Ao receber o auto de prisão em flagrante, se o juiz verificar que a prisão foi ilegal, concederá a liberdade provisória.
- b) A prisão preventiva poderá ser decretada apenas durante o processo penal, e a prisão temporária apenas durante o inquérito policial.
- c) O juiz poderá decretar a prisão preventiva para garantia da ordem pública se o réu demonstra elevado grau de periculosidade concreta.
- d) Se o réu fugir do distrito da culpa, o juiz poderá decretar sua prisão preventiva, fundamentando na conveniência da instrução penal.

16. Acerca das provas no processo penal, indique a assertiva **correta**:

- a) Se durante o inquérito policial o réu confessou o delito e as testemunhas ouvidas confirmaram a autoria e a materialidade, mas durante a ação penal o réu se retratou e nenhuma testemunha foi encontrada, o juiz poderá condenar o réu, desde que fundamente a sentença naqueles elementos colhidos no inquérito.
- b) A prova ilícita por derivação é inadmissível, ainda que obtida por uma fonte independente da prova que a originou.
- c) A confissão do acusado não poderá suprir a falta de exame de corpo de delito, no caso da infração deixar vestígios.
- d) Provas ilícitas: aquelas produzidas com violação a regras do direito processual.

17. A partir do que constava no inquérito policial, o Ministério Público denunciou um réu pelo seguinte fato: "Utilizando uma faca, rendeu o vigia noturno de uma loja, arrombou a porta e efetuou a subtração de diversos produtos, deixando o vigia amarrado no local." A denúncia tipificou o fato como roubo majorado pelo uso de arma. Durante a instrução penal, restou comprovado que, na verdade, o vigia da loja era coautor do crime.

Indique a situação jurídica **correta**:

- a) Trata-se de *emendatio libelli*, previsto no art. 383 do Código de Processo Penal, e o juiz deverá corrigir na sentença a tipicidade, sem necessidade de aditamento pelo Ministério Público.
- b) Trata-se de *mutatio libelli*, previsto no art. 384 do Código de Processo Penal, e é necessário o aditamento pelo Ministério Público.
- c) Trata-se de *emendatio libelli* prevista no art. 383 do Código de Processo Penal, e o juiz deverá baixar os autos ao Ministério Público para que emende a denúncia.
- d) Trata-se de *mutatio libelli*, previsto no art. 384 do Código de Processo Penal, e o juiz deverá corrigir na sentença a tipicidade, sem necessidade de aditamento pelo Ministério Público.



**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. Assinale a assertiva correta:

- a) Responde por perdas e danos aquele que pleitear de má-fé como autor, réu ou interveniente.
- b) Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente, unicamente, o foro do réu da ação.
- c) Provocar incidentes manifestamente infundados não configura litigância de má-fé.
- d) De acordo com o CPC, a ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do autor.

19. Assinale a assertiva incorreta:

- a) Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
- b) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação sob pena de nulidade do processo.
- c) Os atos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.
- d) Os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei. Quando esta for omissa, o juiz determinará os prazos de forma livre.

20. Assinale a assertiva incorreta:

- a) Citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender.
- b) Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.
- c) O CPC determina que o juiz conhecerá diretamente do pedido apenas quando ocorrer a revelia.
- d) O incidente de falsidade tem lugar em qualquer tempo e grau de jurisdição, incumbindo à parte, contra quem foi produzido o documento, suscitar-lo na contestação ou no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação da sua juntada aos autos.

21. Assinale a assertiva correta:

- a) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- b) As causas que versem sobre revogação de doação obedecem ao rito sumário.
- c) A toda causa será atribuído um valor certo, com exceção daquelas em que não se tenha conteúdo econômico imediato.
- d) Conforme disposição expressa no CPC, não há necessidade de oferecimento de contestação e reconvenção de forma simultânea.

22. Assinale a assertiva incorreta:

- a) A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.
- b) O CPC prevê que se denomina “coisa julgada material” a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
- c) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.
- d) Dispõe o CPC que a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação expressa da outra parte.



**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

DIREITO CONSTITUCIONAL

23. São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, exceto:

a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

b) Desenvolver os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

24. Assinale a assertiva incorreta:

a) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

b) Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

c) São inafiançáveis e imprescritíveis, nos termos da lei, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e as ações de grupos armados.

d) A lei considerará crimes e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

25. Assinale a assertiva correta:

a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

b) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

c) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de trinta anos ininterruptos e a condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

d) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

26. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, exceto sobre:

a) Sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas, plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.

b) Limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.

c) Organização administrativa, judiciária do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal.

d) Concessão de anistia.



**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

27. Aos membros do Ministério Público são asseguradas as seguintes garantias, **exceto**:

- a) Vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- b) Inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.
- c) Inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.
- d) Irredutibilidade de subsídio.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28. Em relação ao ato administrativo, **não é correto** afirmar que;

- a) Presume-se que a sua edição se deu em conformidade com a lei, incumbindo à parte interessada o ônus de demonstrar o contrário.
- b) Ainda que não tenha sido postulada pela parte interessada, ao Judiciário é lícito reconhecer, de ofício, a nulidade absoluta do ato administrativo.
- c) Gozam de imperatividade, impondo-se a terceiros independentemente de sua anuência.
- d) Pode ser executado diretamente pela própria Administração Pública, não se fazendo necessária a intervenção do Poder Judiciário.

29. Assinale a assertiva **correta**:

- a) Em sede de processo administrativo vigora o princípio da iniciativa das partes, segundo o qual a sua instauração se dá, em regra, mediante provocação da parte interessada, e excepcionalmente, por iniciativa da própria Administração Pública.
- b) O conhecimento pessoal e direto de falta disciplinar cometida pelo servidor público pela autoridade competente para impor a pena torna desnecessária a instauração de sindicância e processo administrativo disciplinar, permitindo a aplicação imediata da sanção por aquela.
- c) Não se aplica, em sede de processo administrativo disciplinar, o princípio da obediência à forma, ainda que dele decorra, ao final, a imposição de penalidade.
- d) Vigora, no âmbito do processo administrativo, o princípio da pluralidade de instâncias, segundo o qual ao administrado que se sentir prejudicado por conta de decisão administrativa, dela pode recorrer até chegar à autoridade máxima da organização administrativa.

30. Analise os itens abaixo:

- I. Os bens públicos dominicais são aqueles destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- II. Apenas os bens públicos de uso comum do povo gozam das características da inalienabilidade, da imprescritibilidade e da impenhorabilidade.
- III. Concedida a autorização de uso de bem público, à Administração Pública não é dado revogá-la a qualquer momento, por motivo de interesse público.
- IV. Diversamente da concessão de uso de bem público, a permissão de uso constitui ato unilateral e precário.



**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

Responda, agora:

- a) Todas as assertivas constantes dos itens estão corretas.
- b) Apenas o item I está correto.
- c) Apenas o item IV está correto.**
- d) Nenhuma assertiva está correta.

31. Acerca da licitação, a assertiva **correta é:**

- a) São princípios que regem a licitação, dentre outros, os da legalidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.**
- b) A alienação de imóveis pela Administração Pública, quando para entidade autárquica, prescinde de autorização legislativa, demandando, porém, avaliação prévia e licitação.
- c) É inexigível a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem pública.
- d) Tomada de Preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

32. Julgue os itens abaixo e marque a assertiva **correta:**

- a) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior não configuram situações aptas a excluir a responsabilidade civil do Poder Público, dada a consagração, em nosso ordenamento jurídico-constitucional, da responsabilidade objetiva do Estado, que torna desnecessária a demonstração da culpa do agente.
- b) À Administração Pública não é permitido anular seus próprios atos, ainda que eivados de ilegalidade, devendo aquele que se sentir prejudicado postular sua nulidade ao Poder Judiciário.
- c) O *habeas corpus* constitui importante instrumento de defesa dos mais variados direitos fundamentais do cidadão contra atos ilegais e arbitrários praticados pela Administração Pública.
- d) A ação popular visa a combater os atos lesivos ao patrimônio dos entes públicos, postulando a sua nulidade nos casos de incompetência, vício de forma, ilegalidade do objeto, inexistência dos motivos e desvio de finalidade.**

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

33. Sobre a proteção dos idosos capitulada na Lei nº 10.741/03, analise as proposições abaixo:

- I. A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exclusivamente.
- II. O acolhimento de idosos em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, caracteriza a dependência econômica, para os efeitos legais.
- III. Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos.
- IV. Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil.

A assertiva que possui a **sequência correta de cima para baixo**, considerando (**V**) para as verdadeiras e (**F**) para as falsas é:

- a) F, F, F e V.
- b) V, F, V e F.
- c) F, V, F e V.**
- d) Todas as proposições são falsas.



**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

34. Assinale a assertiva correta de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Sobre medida socioeducativa é correto afirmar que a prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a quatro meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.
- b) É correto afirmar que a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, inclusive quanto aos impedimentos matrimoniais.
- c) É correto afirmar que as decisões do Conselho Tutelar poderão ser revistas de forma concorrente pela autoridade judiciária e promotor de justiça a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- d) Sobre apuração de ato infracional atribuído a adolescente é correto afirmar: Promovido o arquivamento dos autos ou concedida a remissão pelo representante do Ministério Público, mediante termo fundamentado, que conterá o resumo dos fatos, os autos serão conclusos à autoridade judiciária para homologação.

35. Em relação à Lei nº 8.078/90, analise as assertivas a seguir:

- I. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal, sendo vedada toda publicidade enganosa, sendo esta caracterizada como publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.
- II. Acerca da responsabilidade por vício do produto e do serviço é correto afirmar que os fornecedores respondem subsidiariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária.
- III. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
- IV. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que impossibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.

Está **correto** o que se afirma:

- a) Somente na assertiva I.
- b) Nas assertivas I, II e IV.
- c) Nas assertivas III e IV.
- d) Somente na assertiva III.

36. Sobre o Decreto nº 3.298/99, assinale a assertiva falsa:

São PRINCÍPIOS da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

- a) Desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural.
- b) Adoção de estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta Política.
- c) Respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.
- d) Estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico.



**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

37. Assinale a assertiva falsa:

- a) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b) Para apurar qualquer ilícito previsto na Lei nº 8.429/92, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada de acordo com o disposto no art. 14, poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo.
- c) Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- d) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

38. Não constitui instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente:

- a) A preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida.
- b) O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
- c) O zoneamento ambiental.
- d) As penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/94

39. Analise as seguintes assertivas:

- I. Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria-Geral de Justiça, bem como, todos os projetos de lei de iniciativa do Ministério Público.
- II. Compete ao Conselho Superior do Ministério Público eleger, na forma desta Lei, os membros do Ministério Público que integrarão a Comissão de Concurso de ingresso na carreira.
- III. A Procuradoria-Geral de Justiça que tem como titular o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, dentre os membros do Ministério Público em exercício, indicados em lista tríplice, por todos os integrantes da carreira, para mandato de dois (02) anos, permitida uma recondução.
- IV. O Corregedor-Geral do Ministério Público é membro nato do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, podendo ser substituído pelo Procurador de Justiça ou Promotor de Justiça da mais elevada entrância, desde que haja expressa indicação.

Estão **corretas**:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.



**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

40. É correto afirmar que os membros do Ministério Público gozam das seguintes prerrogativas, exceto:

a) Vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

b) Receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar dispensado aos membros do Poder Judiciário junto aos quais oficiem.

c) Receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, através da entrega dos autos com vista.

d) Ter vista dos autos após distribuição às Turmas ou Câmaras e intervir nas sessões de julgamento, para sustentação oral, ou esclarecimento de matéria de fato.



**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS - QUESTÕES SUBJETIVAS

Atenção ao limite de linhas ao responder cada questão (mínimo 05 e máximo 10).

Não faça nenhuma marca nesta folha que possa identificá-lo, exceto a inserção do número da inscrição.

QUESTÃO 01 (PENAL):

O Tráfico Ilícito de Drogas está previsto na lei 11343/2006 em seu artigo 33 com a seguinte redação:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Com relação ao crime em questão responda:

- Quem pode ser sujeito ativo?
- Quem é o sujeito passivo?
- Qual o objeto jurídico tutelado?
- Os doutrinadores o conceituam como crime de ação múltipla ou de tipo misto alternativo por qual motivo?

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 02 (CIVIL):

O que é prescrição? Os direitos potestativos podem ser atingidos por ela? Fundamente a resposta.

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 03 (CONSTITUCIONAL):

O que são súmulas vinculantes? Elas estão sujeitas ao controle de constitucionalidade? Fundamente a resposta.

R
A
S
C
U
N
H
O



**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – DISSERTAÇÃO

CRITÉRIOS BÁSICOS DE CORREÇÃO: fidelidade à temática; coerência, objetividade e clareza na exposição das ideias; atendimento às normas da gramática; atenção ao limite de linhas (máximo 30).

Obs.: Não faça nenhuma marca nesta folha que possa identificá-lo, exceto a inserção do número da inscrição.

TEMA: “A atuação do Ministério Público no combate a criminalidade, abordando, em especial, a investigação e a propositura da ação penal.”

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O



**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____